

No pântano do passado

José Nêumanne Pinto

Em artigos publicados pela imprensa e conferências em universidades, o grande historiador marxista inglês Eric J. Hobsbawm espalhou ondas de luz sobre a pobre discussão política brasileira, ao passar rapidamente por São Paulo. Sobre a situação política interna ele fez poucos, mas agudos comentários. Lembrou, só para dar um exemplo, que veio ao Brasil pela primeira vez há 26 anos e então, como hoje, a discussão ideológica se polarizava entre os populismos de Jânio Quadros e de Leonel Brizola. E disse ao jornalista José Casado, da Gazeta Mercantil, que "o Brasil e a Coréia não podem repetir exatamente a evolução dos países da primeira fase da industrialização, como a Inglaterra".

Foi, talvez, ao discutir a crise internacional do marxismo, contudo, que Hobsbawm deu a contribuição mais luminosa para a treva política em que este país mergulhou. O autor de *Rebeldes Primitivos* praticamente atirou no lixo os dogmas do velho marxismo cheio de verdades de fé e pouco aberto ao debate democrático, lembrando que o mundo (e particularmente o capitalismo) mudou de forma quase completa do século passado para cá. Diante da transformação da economia, acelerada pela revolução da tecnologia e da ciência, o marxismo parece "quase rústico" ao autor de *Bandidos*. Para ele, "a teoria socialista é quase impossível de aplicar, tal a diferença de situação em relação à época em que foi escrita".

Hobsbawm teve sempre presente, em seus pronunciamentos, o fato inexorável de que o historiador, seja um marxista ilustre como ele, ou não reze pela cartilha de Marx e Engels, é obrigado a acompanhar as transformações pelas quais passa a sociedade organizada dos homens sobre a face da Terra. Tentar analisar o mundo a partir de toscos instrumentais ultrapassados seria como tentar estudar os buracos negros desprezando os microscópios eletrônicos modernos e os satélites espaciais e adotando em seu lugar a histórica luneta de Galileu Galilei.

Nas vésperas da entrada na discussão pela Constituinte do perdão à dívida dos microempresários que entraram no conto do Plano Cruzado, as palavras do grande historiador servem sobretudo para mostrar que a História não é feita para redimir os derrotados nem glorificar os vencedores, mas principalmente para explicar as circunstâncias em que ocorreram a vitória e a derrota de um ou outro grupo social. Sem conseguir perceber isso, o mais bem-intencionado historiador jamais se equiparára intelectualmente para usar seu talento e seus conhecimentos históricos em benefício daqueles a quem quer valer. O papel da Constituinte não é, evidentemente, o de historiar os êxitos e fracassos de uma política de governo de combate ao dragão inflacionário, mas é possível transportar o teorema de Hobsbawm para a prática legislativa brasileira, se há um válido interesse em evitar os erros do passado na construção do novo texto constitucional.

Da mesma forma que não cabe ao historiador salvar os derrotados por uma narrativa simpática de seus feitos, não se deve pretender fazer da Constituição um instrumento de salvação dos homens de boa-vontade que se deixaram iludir coletivamente por homens de má-fé, como foi o caso específico do Plano Cruzado. Não é missão constituinte resgatar os erros do passado, nem mesmo tentar reescrever a História, entrando numa máquina do tempo, para evitá-los. A missão constituinte tem um compromisso claro com o futuro da sociedade. Se se prende excessivamente ao presente, cairá num casuísmo circunstancial, que tornará efêmera a letra

constitucional. Se investir no revanchismo em relação ao passado, estará traindo a tarefa que lhe impôs a sociedade, da mesma maneira que compromete sua missão social o historiador que se deixar prender pelos elos invisíveis do dogma para tentar esclarecer as origens de determinados problemas e certas conjunturas.

O perdão a dívidas contraídas na vigência do Plano Cruzado é uma tentativa de corrigir um erro grave com outro mais grave ainda. Um texto constitucional não pode privilegiar determinados cidadãos ou grupos sociais em detrimento do todo coletivo. Por mais agudo que seja o problema da inadimplência de microempresários e pequenos produtores rurais que apostaram na demolição do Instituto da correção monetária, a tentativa de resolvê-lo pela via definitiva da norma constitucional só pode criar um problema mais grave ainda: a transformação do texto mais importante da estrutura jurídica nacional numa garantia de uma parte da coletividade contra a outra. A missão da Constituinte que se reúne em Brasília, apesar de ser nobre e poderosa, não pode ser confundida com os devaneios salvacionistas do beato Antônio Conselheiro, com suas promessas de rios de leite e de transformação da caatinga em oceano.

Hobsbawm advertiu: "Países como o Brasil, nos anos 80, se encontram em crise de modo muito mais grave do que nos anos 30. Antes, grande parte dos trabalhadores tinha a possibilidade de voltar ao campo, quando enfrentava o desemprego nas indústrias. Hoje, não há essa alternativa. Do ponto de vista social, a crise é muito mais grave do que nos anos 30". A Constituinte reúne-se no centro dessa crise e — delirante de um sebastiânico poder salvacionista — volta seus olhos para o passado tentando tapar os buracos nos cascos de um navio que não navega mais. O capítulo das disposições transitórias, o último em votação no plenário, é um exemplo perfeito desse tipo de atividade de oficina de reparos sociais que os parlamentares se dispuseram a montar no prédio do Congresso Nacional, em Brasília. A Constituinte age como um cirurgião que faz enxertos de pele em áreas descobertas do tecido social, esquecendo-se que essa pele é sempre tirada de algum lugar, que, por sua vez, fica descoberto. No caso da anistia aos devedores do Plano Cruzado, essa metáfora é quase literal: como o governo não gera recursos capazes de cobrir sua dívida, a sociedade como um todo pagará a conta que alguns não puderam saldar. Esse compromisso da Constituinte com o passado pode tornar inócuo seu esforço de construir o futuro, o que será um erro de gravidade incalculável numa sociedade em crise, que tenta repensar sua estrutura política e suas organizações social e econômica.

Essa obsessão pelo passado só pode contribuir para o clima nostálgico em que mergulhou a política brasileira, que deixou perplexo Eric J. Hobsbawm quando do lançamento do livro *A Era dos Impérios — 1875 a 1914*, no Brasil. O início de uma campanha presidencial em que são discutidos temas irresolvidos de 26 anos atrás — como estranhou Hobsbawm — não pode contribuir em nada para a construção de uma democracia. Mas parece inevitável que se discutam temas antigos em torno de antigos personagens (Jânio e Brizola, de novo) se, até ao tentar construir a História do futuro, a elite política brasileira se preocupa apenas em chafurdar no pântano de seu passado inglório. Chega de revanchismo. É hora de construir alguma coisa.

José Nêumanne Pinto é editor de política de O Estado de S. Paulo